

Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 09/08/2022

1
2
3 No nono dia do mês de agosto de 2022, às 09h, deu-se início à Reunião Ordinária do mês de agosto de
4 2022, presencial e *on-line*, realizada na plataforma Conferência da CELEPAR, do Comitê Intersectorial
5 de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do
6 Paraná - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Representante Titular Governamental:** Dulce Maria
7 Darolt (SEJUF/DEJUDH); Rosane Souza Freitas (SESA/DAV); Delegado Cláudio Marques
8 (SESP/PC); Delvana Lucia de Oliveira (SEED/DEDIDH). **Representante Suplente Governamental:**
9 João Paulo Reis Ribeiro (SEJUF/DEJUDH); Marli Aparecida Casprov Corcini (SEED/DEDIDH).
10 **Representante Titular Sociedade Civil:** Julia Stefania Bezerril Miranda (OAB/PR); Francieli Ramos
11 Padilha – Vila Vicentina Ponta Grossa; Nazaré de Campos Stihaenco - Ação Social Diocesana Bom
12 Samaritano Procopense. **Representante Suplente Sociedade Civil:** Carlos Umberto dos Santos –
13 MNPR - Movimento Nacional da População de Rua. **Convidados**
14 **Especialistas/Parceiros/Colaboradores:** Giovanna Kucaniz (CAOPJDH); Matheus Mafra
15 (DPPR/NUCIDH); Elizangela Aizeli (Centro POP FRG); Izabel Maria de Gouveia Benvenuti
16 (COHAPAR); Angélica Rein (SEJUF/DEJUDH). **01.Abertura:** Às nove horas a coordenadora Dulce
17 iniciou a reunião aguardando dez minutos regimentais. Depois do decorrido prazo a reunião iniciou-se
18 às 09h10mts dentro do período regimental. Os participantes presentes e online estão com seus nomes
19 assentados acima. Dulce saudou a todos lembrando que o mês de agosto é o mês que se comemora o
20 dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua, no dia 19. Compartilhando em seguida a pauta
21 desta reunião sendo os seguintes pontos: *01.Abertura; 02.Aprovação da Pauta; 03.Memória da*
22 *reunião ordinária do mês de Julho de 2022 do CIAMPRua/PR, para aprovação; 04. Relatório a ser*
23 *apresentado por Nazaré - Relatora da Comissão do Plano Estadual Decenal da PSR – retirado à*
24 *pedido da relatora por não ter havido outras reuniões do Plano além daquelas que já foram relatadas*
25 *anteriormente; 05. Eventos pelo Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua; 06. Ofício*
26 *Circular 001.2022 & Ofício 385.2022 DPPR – infiltrados; 07. Informes SEJUF; 08. Informes de*
27 *Membros; 09. Encerramento.* **02. Aprovação da Pauta:** Pauta **aprovada.** **03. Memória da reunião**
28 **ordinária do mês de Julho de 2022 do CIAMPRua/PR, para aprovação:**Dulce apresenta a
29 Memória Ordinária de Julho de 2022 abrindo para alterações e em seguida colocou em votação da
30 mesma. Não havendo manifestações, Memória do mês de julho considerada **aprovada.** *04. Relatório a*
31 *ser apresentado por Nazaré - Relatora da Comissão do Plano Estadual Decenal da PSR* (o ponto de
32 pauta 4 fora cancelado por não haver relatórios da Nazaré para leitura neste mês, todos já lidos
33 anteriormente). **05. Eventos pelo Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua:**
34 Seguindo para o próximo ponto de pauta, Dulce relembra da dificuldade para construção do cartaz e
35 das cartilhas que serão aprovados nesta reunião. Todos os materiais já foram apresentadas
36 anteriormente e já discutidas pelo Comitê (ambas as artes previamente enviadas aos membros do
37 comitê para conferência), sendo o tempo longo do retorno da Assessoria de Comunicação/SEJUF,
38 sendo que a execução e as correções foram cansativas e tem-se elaborado desde o segundo semestre de
39 2021, a começar pela cartilha da criança e do adolescente, a Cartilha de Aspectos e Caminhos das
40 Políticas para a PSR e o Cartaz Do Ventre à Rua. Dulce explica que recebemos os dados solicitados ao
41 DAS/SEJUF no segundo semestre de 2021, aproximadamente em novembro e após isso foi iniciado a
42 construção e a elaboração da cartilha, terminando em julho de 2022. No início de julho entregamos
43 para a Assessoria de Comunicação para realizarem as devidas correções e até o presente momento não
44 nos foi devolvido; o que falta é a adequação de cores, sem demais alterações. Dulce inicia espelhando
45 o cartaz “Do Ventre à Rua”, lendo as informações e abrindo para votação. Cartaz **aprovado.** Dulce
46 compartilha a próxima arte para aprovação “Cartilha Aspectos das Políticas Públicas da População
47 em Situação de Rua”; lembrando que as artes não possuem nada que possa vir prejudicar o período
48 eleitoral e nada que o TSE identifique como ilegal, sem absolutamente nenhuma indicação ou



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

5

49 publicidade eleitoral. Após apresentação, Dulce abre para o pleno se manifestar em relação à cartilha,
50 sendo aprovado por Carlos Umberto, Nazaré, Francieli, Julia, Marli, Patrícia, Elizangela, cartilha
51 *Aspectos das Políticas Públicas da População em Situação de Rua* **aprovada**. Seguindo para a
52 próxima arte, fora compartilhada “*Cartilha Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*”, Dulce
53 aproveita para trazer um agradecimento aos profissionais que elaboraram ou contribuíram na
54 construção das artes acima, em especial a arte da Criança e do Adolescente, reconhecendo Grazielle,
55 Rafael e Eduardo, Residentes Técnicos que fizeram trabalhos consistentes. Passando para aprovação
56 da cartilha, **aprovada**. Dulce explica que as cartilhas e o cartaz foram preparados para serem
57 publicizados neste mês de agosto para todo Estado do Paraná no intuito de celebrar a data do dia 18/08,
58 Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua, pela promoção e defesa e direitos humanos da
59 população em situação de rua, estando a partir da data desta plenária disponíveis para todos
60 compartilharem, agora que aprovadas. Dulce abre então a fala para Francieli, que cumprimenta a todos
61 e é compartilhado na tela o convite do evento de Ponta Grossa, que ocorrerá no dia 19, explicando que
62 o convite é para todos, apesar da distância. Francieli explica um pouco do que acontecerá no dia, sendo
63 um trabalho desenvolvido na instituição onde ela trabalha atendendo as pessoas em situação de rua do
64 município, também com parceria da FAS de Ponta Grossa, desenvolvendo junto a eles atividades no
65 estacionamento do Restaurante Popular, um local onde há fácil contato com as pessoas em situação de
66 rua e costumam receber seu almoço. Serão realizadas atividades num local habitual de PSR,
67 oferecendo o Projeto do Banheiro Solidário, parceria com pessoas que farão corte de cabelo, lanche e
68 levar a população para fazer ou atualizar o Cadastro Único e além de lembrar-se dessa data, tirar
69 dúvidas e oferecer tudo o que o município pode ofertar para essa população. Dulce pergunta se
70 Francieli gostaria de representar o CIAMP Rua/PR nesse dia e Francieli concorda, aproveitando que no
71 período da tarde haverá apresentação dos projetos que ela tem participado e tudo o que se tem
72 trabalhado em favor da população de rua, podendo apresentar no evento o que o Comitê também tem
73 desenvolvido. Após o aceite de representatividade por parte da Francieli, Dulce pergunta ao pleno se
74 estão de acordo com essa decisão da Francieli representar o CIAMP em Ponta Grossa neste evento,
75 todos de acordo, **aprovado**. Francieli agradece a oportunidade e Dulce dá os parabéns pedindo fotos
76 para prestigiar o evento àqueles que não conseguiram ir ao local, informando que redigirá um
77 documento respectivo a essa representatividade. Dulce trás mais um evento, por sua vez será realizado
78 em Umuarama, estando no aguardo do convite formal e ela compartilha um áudio enviado por Roger
79 (representante da Prefeitura de Umuarama), neste áudio Roger convida os municípios Cascavel,
80 Guaíra, Cianorte, Maringá e Londrina, sendo uma amostra de serviço, trazendo os outros municípios
81 para conscientização sobre os cuidados com a população em situação de rua. Roger convida o Comitê
82 neste evento, frisando ser um evento grande com a equipe da Saúde, Agência do Trabalhador,
83 ofertando almoço e cuidados. Dulce pergunta ao pleno quem gostaria de representar o CIAMP neste
84 evento, Patrícia e Nazaré informam não poder devido à distância, e Dulce sugestiona fazer um *ad*
85 *referendum* para escolher quem fará a representatividade nesse dia e comunicar via *whatsapp* ou *e-*
86 *mail*, **aprovado**. Dulce verifica com Júlia se ela pode ir e se a OAB poderia realizar o pagamento para
87 ela, ficando Julia de retornar com a resposta. Ademais, outros municípios farão eventos, sendo em
88 Pinhais, Fazenda Rio Grande e Curitiba, ficando em aberto às representatividades para esses eventos
89 podendo oficializar posteriormente. Matheus então compartilhou que a estão finalizando a arte e em
90 seguida enviarão aos demais para fins de convite e compartilhamento. São espelhados os convites para
91 o evento de Curitiba do MNRPR chamado ‘*Rualogias: das marquises para a luta, conhecer para*
92 *lutar*’ e Dulce lê as informações do mesmo: evento com data no dia 19, período da manhã das 09h às
93 12h e tarde das 13h às 16h, no Auditório Eny Caldeira/UFPR, endereçado no endereço Avenida Sete de
94 Setembro, 2645 – Rebouças. A segunda parte do evento prossegue no dia 20 na Praça Osório, Centro
95 de Curitiba; das 09h às 17h, com várias atividades e alimentação no local. Julia do CRP, informa que
96 ela e o João Victor estarão no evento do MNPR, e se disponibiliza para representarem o Comitê no
97 evento se assim quiserem, o que foi **aprovado**. Com esse ponto de pauta finalizado, prosseguiu-se para
98 o próximo, **06. Ofício Circular 001.2022 & Ofício 385.2022 DPPR – infiltrados:** após apresentar a

99 proposta do Ofício Circular sobre o assunto infiltrados na tela, Dulce relembra ao pleno que o assunto
100 voltou para ser discutido a pedido da DP/PR e aceito pelo comitê na reunião anterior a esta. Portanto,
101 abre a palavra para quem gostaria de se posicionar em relação a esse assunto. Giovana MP, pede a
102 palavra e inicia ressaltando que não é à toa que não conseguimos fechar o ofício por ser um tema
103 bastante complexo e avaliando as memórias anteriores viu que é um tema que já foi discutido por três
104 meses. E que talvez devêssemos olhar com mais calma, e concorda com o posicionamento da DP
105 considerando-a abrangente, podendo haver constrangimentos, trazendo uma polêmica que
106 posteriormente o próprio Comitê pode não dar conta de tratar como colegiado. Giovana considera que
107 esse tema requer mais de um ofício, talvez requeira articulação, sendo o primeiro ponto visto por ela,
108 mencionando que talvez o Comitê não tenha os dados e informações suficientes de como essa situação
109 está acontecendo em cada município que possui população em situação de rua, Centro POP e os
110 equipamentos. Giovana diz que acabamos não tendo informações suficientes, podendo acontecer em
111 criminalizar pessoas ao enviar um ofício assim, sem ter os dados prévios de como e de que forma o
112 assunto infiltrados acontece; por mais que tenha sido discutido há meses, pode ser ainda prematuro.
113 Giovana sugere que talvez requeira consultar os escritórios regionais ou chamar o Observatório de
114 Direitos Humanos, recém criado, para fazerem uma pauta junto ao CIAMP; se eles têm relatos disso
115 dentro do estado ou se querem ajudar a complementar, fazendo realmente um levantamento de onde
116 está ocorrendo. Giovana avalia que esse levantamento poderia ser realizado, via equipamentos da
117 Assistência Social, além de problematizar que o assunto se adentra à conversa sobre Segurança
118 Pública. Giovana frisa concordar com o Ofício na parte que mostram as formas de orientar os
119 municípios, como proceder se houver denúncias de pessoas fazendo tráfico dentro dos equipamentos
120 de situação de rua. No mais, Giovana considera que, se o comitê quiser enviar esse ofício circular,
121 algumas coisas precisam ser corrigidas, como melhorar a redação. Um dos parágrafos fala do GAECO
122 e do CAOP dos direitos humanos e Giovana gostaria de falar com sua chefia para reorientar, pois o
123 Centro de Apoio não tem atribuição na área criminal, podendo encaminhar, mas não atuar. A sugestão
124 dela então é repensar, apesar de dar mais trabalho, incluir no plano estadual ou fazer um projeto no
125 levantamento dessas informações, trazendo até o fim de 2022 esses dados; sendo o município de
126 Apucarana o primeiro a trazer esse assunto. Dulce a responde que o Ofício inicial já fora direcionado
127 ao município de Apucarana, porém sem retorno dos mesmos de maneira formal, somente verbal,
128 relatado por eles que através das câmeras visualizaram pessoas tentando repassar drogas dentro do
129 Centro POP. Dulce convidou os profissionais de Apucarana que trabalham no equipamento para
130 trazerem esse tema numa reunião, relatando as ocorrências, mas os mesmos não retornaram (podendo
131 ser por receio do que envolve o assunto). Patrícia salienta ser um assunto delicado. Giovana retoma a
132 fala frisando que para acusações precisa-se de provas e enviar o ofício sem essas provas corremos o
133 risco de apontar o dedo para alguém, sem uma orientação mais consistente, considerando que as
134 pessoas acabam fazendo a leitura do ofício de forma desatenta e finaliza que esse tema precisa de mais
135 atenção, talvez dos CIAMP's municipais. Pode ser um tema para ficar como permanente, por se tratar
136 de um assunto delicado e o envio pode trazer problemas por não termos um relato efetivo de todos os
137 municípios. Giovana trás que o grupo decide, mas ela quis trazer as ponderações dela e que não tinha
138 conseguido participar totalmente nos meses em que o assunto havia sido debatido. Dulce agradece e
139 frisa que o ofício foi consensuado na extraordinária de junho sendo aprovado em unanimidade. E após
140 receber o ofício da DP, avaliado em julho, e decidido então reavaliar a situação do ofício, por isso está
141 sendo tratado do mesmo nesta reunião para ser reavaliado e o pleno decidir. Dulce infere que podemos
142 fazer uma reunião com os comitês existentes e os Centro POP's. Patrícia relembra de como surgiu esse
143 tema, através do ocorrido em Apucarana e concorda amadurecer o tema nesse sentido podendo realizar
144 essa reunião em conjunto aos equipamentos e termos esse retorno. Nazaré pede a palavra e concorda
145 com a Giovana a respeito de se aprofundar nesse tema, confiando na postura da DP e do MP e gostaria
146 de fazer algo mais seguro. Matheus DP, pede a fala, dizendo que gostaria de explicar um pouco aos



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

10
147 presentes na reunião e aos que não estavam na reunião passada, que ao ser enviado o ofício através da
148 DP, a ideia deles vai muito ao encontro com o trazido pela Giovana, considerando mais correto, e que
149 algumas diligências orientadas a Apucarana e conversadas com o representante da Polícia Militar,
150 presente naquela reunião onde deliberado o ofício sobre Apucarana, algumas orientações são
151 relativamente simples, como proceder com a denúncia e para que, em caso fossem constatadas
152 suspeitas de tráficos; a orientação então da DP é para que o CIAMP pudesse ofertar essas respostas,
153 somente para os municípios que eventualmente possam estar passando por esse problema, ao trazerem
154 essa afirmativa ao CIAMP. Matheus frisa que considera não enviar o ofício a todos os municípios, mas
155 somente com aqueles que constatarem a situação, por isso opta ao não envio do Ofício Circular e
156 eventualmente se algum município trouxer essa demanda de segurança o CIAMP, este terá uma
157 orientação a oferecer a esses equipamentos. Matheus acrescenta que fazer diagnóstico de como se
158 encontra atualmente os equipamentos de Assistência Social, a questão dos supostos infiltrados, acaba
159 de alguma maneira fugindo das atribuições do CIAMP. Acha que a ideia é fortalecer as Políticas de
160 Assistência Social. Entretanto, com o levantamento dos dados desse tipo de estudo, eles acabariam se
161 voltando mais para uma questão de segurança dos equipamentos, como segurança pública, e menos
162 para as políticas públicas para assistirem a população em situação de rua. Acrescenta que, querendo ou
163 não, esse assunto já amadureceu ao tratarmos de Apucarana, e caso haja outro município com essa
164 situação já temos um certo roteiro a seguir e orientar. Matheus relembra que a respeito das reuniões
165 passadas, onde alguns municípios como São José dos Pinhais, conseguiram lidar sozinhos com a
166 questão de infiltrados. Patrícia acrescenta a Matheus que dependerá de cada município e a forma que
167 lidam com cada situação e cada qual busca articular com as outras políticas da melhor forma ou
168 mesmo não consegue e ela visualiza a angústia da pessoa que solicitou essa questão. Patrícia vê então
169 dois caminhos aqui: uma de discutir um pouco mais esse assunto, ou deixar esse documento como uma
170 orientação, caso ocorra novamente esse tipo de demanda. Matheus concorda com o segundo ponto de
171 Patrícia e acrescenta que se houver esse assunto com algum município, vamos atender a realidade e
172 situação individual de cada município e a demanda que o mesmo necessita; dessa forma teremos até
173 uma segurança para cada resposta que vamos entregar. Dulce toma a palavra trazendo que é uma
174 situação que não podemos desconsiderar, pois já está acontecendo isso, desdizendo o Matheus, pois
175 não é só o município de Apucarana que chegou ao conhecimento do CIAMP, os demais municípios
176 que estavam em conjunto à reunião informaram que também passaram ou estão passando por essa
177 situação, sendo eles Umuarama, São José dos Pinhais, Pinhais, Maringá e Apucarana e todos disseram
178 estar passando por isso. Enfim, continua Dulce, é uma situação complexa e devemos pensar também
179 nos funcionários que estão trabalhando nos setores, atendendo as pessoas em situação de rua, sendo
180 esse o trabalho e a função deles mesmo, e ao mesmo tempo em que eles querem proteger essas pessoas
181 em situação de rua, ocorre essa situação angustiante onde o direito de algumas pessoas está sendo
182 violado, chegando ao caso tanto falado pelo Matheus e pela Giovana: que precisamos de prova e
183 entendemos que precisamos de provas. Dulce então pergunta o que o pleno gostaria de fazer sobre a
184 situação. Matheus se pronuncia no chat que ao sermos chamados pelos municípios não vamos
185 desconsiderar a solicitação deles. Taisa digita no chat, que essa temática é complexa demais para ser
186 colocada num único ofício do CIAMP. Patrícia pede a palavra, trás novamente ideia que foi ventilada
187 minutos antes, e Dulce pede para ela compartilhar com os demais que estão online. Patrícia acha que é
188 uma boa ideia conversar com os CIAMP's sobre esse assunto, como sugerido anteriormente, e
189 investigar esse tema, podendo até averiguar se há algo nesse assunto dentro da Assistência Social,
190 vendo a opinião do MNPR sobre isso (Carlos se ausentou da reunião pois caiu a conexão para ele).
191 Dulce retoma, fazendo um resumo sobre o que foi discutido nesta pauta: ficou entendido então que não
192 devemos esquecer o assunto, entretanto deu-se a entender que o ofício circular não deve ser enviado.
193 Entretanto deve-se votar se devemos rever o ofício ou retirá-lo de pauta. Patrícia frisa que não se pode
194 deixar de lado o assunto, devido aos profissionais que estão vivenciando essa situação. Dulce
195 concorda, acrescentando que a própria população em situação de rua acaba sendo vítima também e que
196 esse assunto não pode ser negligenciado, demonstrando sua preocupação. Giovana pede a palavra e diz

197 também se preocupar, mas que também não podemos nos precipitar em preocupar todos os municípios
198 com essa situação; Giovana explica que os órgãos de sistema de justiça costumam atuar conforme a
199 situação chega, é uma característica. O Poder judiciário não, pois precisa ter uma postura pró ativa e
200 solucionar o problema aos técnicos que estão lá na ponta, e como a Dulce disse: os técnicos estão com
201 as informações e os profissionais que ficam lá na ponta acabam sendo prejudicados, mas ela volta a
202 insistir que devemos identificar algum meio de resolver essa situação de uma forma mais nítida.
203 Giovana pergunta se o CIAMP pode ser mobilizador desse tema ou não, se é dentro da função ou não e
204 frisa que devemos identificar essa situação de uma forma melhor e mais nítida com dados, podendo
205 verificar com o Observatório, que fazem parte do movimento nacional, a PUC do lado dos Direitos
206 Humanos e outras entidades da sociedade civil, e o caminho do CIAMP até a assistência seja viável
207 para não deixar o tema morrer. Giovana diz que, ponderando a fala dela mesma, acha que talvez seja
208 importante avaliar melhor esse projeto, ou se fazemos apenas uma consulta? Ou talvez seja melhor o
209 CIAMP delimitar o que está dentro de sua função, mas de forma subsidiária, pois manter a segurança
210 para a população em situação de rua talvez seja um caminho muito difícil, além dos equipamentos. E
211 nas ruas também? Podemos abrir muitas questões que acabaremos não dando conta e delimitar o que o
212 CIAMP possa dar conta na sua função, sem sair da sua função, mas trazer aqueles que estão na rede de
213 atendimento para que saibam o que fazer, para evitar a criminalização. O Observatório de Direitos
214 Humanos tem trabalhado nas denúncias dos direitos das pessoas em situação de rua e essa poderia ser
215 uma parceria interessante mais adiante para o CIAMP. Dulce concorda em convidar o Observatório
216 para participarem de reunião com o Comitê, colocando este assunto como ponto de pauta, bem como
217 convidar os demais comitês, podendo não chamar o assunto de *infiltrados*, mas saber se há alguma
218 violação de direitos que está acontecendo nos equipamentos de seus municípios, realizados por
219 terceiros ou não. E se existir, eles podem comentar dentro da reunião e haver uma troca de informações
220 e procedimentos de cada comitê municipal junto com o comitê estadual e o observatório, sendo essa
221 uma ideia. Matheus considera fala da Giovana muito importante e relembra que há diversos tipos de
222 situações que ocorrem dentro dos equipamentos com as pessoas em situação de rua, que às vezes
223 podem ser mais urgentes, e seria importante avaliar se realmente é uma urgência dos municípios e que
224 ao acompanhar os equipamentos, esse não tem sido um tema muito debatido. Dulce agradece Matheus
225 e Giovana e os demais pelas contribuições. Coloca o ponto de pauta em votação: para não enviar o
226 Ofício Circular 001. O não envio do Ofício está **aprovado**. Então por enquanto o ofício não será
227 enviado e fica em aberto a continuidade desse assunto. Seguindo ao ponto de pauta **07. Informes**
228 **SEJUF**: Dulce informa que aqui estão novos participantes indicados, a SEED enviou a indicação
229 sendo a Delvana a titular e Marli a suplente; Da SEJUF/DEJUDH conforme reunião anterior, o João
230 será o suplente da Dulce no lugar da Amélia; e a SESP enviou a indicação do Delegado Cláudio
231 Marques como titular, no lugar do Tenente Azuline e este ficará como suplente, tendo a partir de agora
232 a participação da Polícia Civil conosco, anteriormente com a participação somente da Polícia Militar e
233 isso é um ganho pois teremos a visão da Polícia Civil e da Polícia Militar para nos ajudar com a
234 construção da Política da População em Situação de Rua, finalizando assim os informes da gestão.
235 Taisa pergunta se haverá continuidade das reuniões do Plano Estadual? Dulce informa que as reuniões
236 serão retomadas sim. Verificará com a SESA, pois quando eles interromperam no primeiro semestre
237 para fazer outras demandas, pediram para que fosse retomado o eixo da saúde em final de agosto;
238 Dulce deixa com Rosane e Lucimar para avisarem a data prevista e agendarmos a reunião da retomada
239 do eixo. Sobre a validação de eixos do Plano Estadual, já recebemos o retorno da Educação e teremos
240 que marcar com a SEED uma nova reunião para as adequações feita por eles em seus estudos, que nos
241 enviaram na formatação diferente da formatação nossa enviada para eles. A validação do Esporte
242 também nos retornou, mas está no Gabinete e ainda não chegou até nós. Da Assistência Social também
243 voltou para nós, mas é necessário ainda fazer alguns acertos junto com a comissão e a SEAB ficou de
244 estudar a proposta e marcar conosco, sem retorno sobre essa nova reunião no momento. Falta



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

15
245 marcamos com a SESP sobre o Eixo da Segurança Pública, e com o Eixo do trabalho/SEJUF, e
246 agendar com eles reunião com a Comissão para elaboração das Metas para cada eixo. **09.**
247 **Encerramento:** Dulce pergunta se há mais algum informe, como não houve respostas, Dulce se
248 despede e deseja uma excelente semana a todos. Os demais se despedem. Memória lavrada por
249 Angélica Rein e revisada por Dulce Darolt.